

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Impetrante: _____

Advogado: _____

OAB nº: _____

Paciente: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Autoridade Coatora: _____

Vara/Comarca: _____

Objeto: Habeas Corpus para trancar prisão preventiva

I – DOS FATOS

O paciente foi preso preventivamente em _____, sob a alegação de _____.

A prisão se fundamenta em supostos indícios de autoria e materialidade, conforme consta no inquérito policial nº _____.

Contudo, a medida extrema da prisão preventiva não se justifica, pois não estão presentes os requisitos legais previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

II – DO DIREITO

O habeas corpus é instrumento constitucional destinado a proteger o direito de locomoção, quando alguém sofre ou está na iminência de sofrer violência ou coação ilegal.

Nos termos do artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, é direito de toda pessoa a obtenção de habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

A prisão preventiva somente deve ser decretada quando presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, quais sejam:

- a) garantia da ordem pública;
- b) conveniência da instrução criminal;

c) assegurar a aplicação da lei penal.

No caso em tela, não há elementos concretos que indiquem que a prisão preventiva seja necessária para garantir a ordem pública, tampouco para assegurar a instrução criminal ou aplicação da lei penal.

Ademais, o paciente possui residência fixa, emprego lícito e não apresenta risco de fuga.

III – DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A PRISÃO PREVENTIVA

Conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a prisão preventiva não pode ser utilizada como antecipação de pena, nem como meio de assegurar mera conveniência processual.

A manutenção da prisão preventiva, sem fundamentação concreta e adequada, configura abuso de poder e afronta aos direitos e garantias individuais.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A concessão liminar da ordem de habeas corpus para a imediata soltura do paciente;
2. No mérito, que seja confirmada a liminar, declarando-se ilegal a prisão preventiva decretada, trancando-se a ação penal em relação à custódia cautelar;
3. A intimação da autoridade coatora para prestar informações no prazo legal;
4. A comunicação do presente writ ao Ministério Público para que se manifeste;
5. A expedição de alvará de soltura em favor do paciente, caso esteja preso;
6. A condenação da autoridade coatora ao pagamento das custas processuais, se houver.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____.

Advogado(a)

OAB/___ nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/habeas-corpus-prisao-preventiva/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.